

BOLETIM **DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DE CONJUNTURA

Número 40 – Setembro de 2023

Imagem: user6702303 Freepik.com



Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre de 2023

O Produto Interno Bruto (PIB) surpreendeu boa parte dos analistas e cresceu 0,9% no segundo trimestre de 2023, na comparação com o primeiro trimestre deste ano, na série com ajuste sazonal, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Frente ao segundo trimestre do ano passado, o crescimento do PIB de abril a junho de 2023 foi de 3,4%. No acumulado do 1º semestre, a alta chegou a 3,7%, em relação ao mesmo período de 2022. Esse patamar já permite que a economia brasileira acumule alta de 3% do PIB em 2023, mesmo que não haja qualquer crescimento nos próximos dois trimestres.

Em valores correntes (sem atualização pela inflação), o PIB no segundo trimestre de 2023 totalizou R\$ 2,651 trilhões. No mesmo período, a taxa de investimento foi de 17,2% do PIB, nível abaixo da taxa observada no segundo trimestre de 2022 (18,3%). A taxa de poupança caiu de 18,4%, no segundo trimestre de 2022, para 16,9%, em 2023.

O maior crescimento no segundo trimestre de 2023 em relação ao primeiro foi da Indústria (0,9%), seguida pelos Serviços (0,6%). A Agropecuária, que havia crescido 21% no primeiro trimestre, recuou 0,9% no segundo, resultado que não surpreende, devido à alta base de comparação. Mesmo assim, na comparação com o segundo trimestre de 2022, o setor agropecuário cresceu 17%. E no acumulado de janeiro a junho de 2023, o setor registrou alta de 20% em relação ao semestre anterior e de 17,9% na comparação com o primeiro semestre de 2022. Com base no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), embora o resultado da Agropecuária no segundo trimestre tenha sido negativo (-0,9%), houve crescimento das produções de soja (24,5%); milho (13,7%); algodão (10,2%); e café (5,3%), todas com peso relevante no período.

O crescimento na Indústria no segundo trimestre está relacionado aos desempenhos positivos de 1,8% nas Indústrias Extrativas; 0,7% na Construção; 0,4% na atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos; e 0,3% na Indústria de Transformação.

Nos Serviços, os resultados positivos foram verificados nas Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,3%); em Outras atividades de serviços (1,3%); Transporte, armazenagem e correio (0,9%); Informação e comunicação (0,7%); Atividades imobiliárias (0,5%); Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,4%); e Comércio (0,1%).

Comportamento do mercado de trabalho

Os indicadores do mercado de trabalho apontam para razoável recuperação, com redução da taxa de desocupação, aumento da ocupação e da renda. A taxa de desocupação (ou de desemprego) ficou em 7,9% no trimestre maio, junho e julho, contra 9,1% no mesmo período do ano passado. O número de pessoas desocupadas diminuiu 14%, nessa comparação interanual, saindo de 9,9 milhões para 8,5 milhões. Já o número de ocupados cresceu 0,7%, cerca de 670 mil pessoas. Este último resultado, ainda positivo, indicou uma certa desaceleração da retomada dos níveis de ocupação, em relação aos trimestres anteriores, sugerindo que a recuperação pós-pandemia pode já estar consolidada e que as variações no nível da ocupação podem estar concentradas em alguns setores.

Destaca-se, na ocupação, o aumento do emprego com carteira assinada no setor privado, de 3,4%, também na comparação interanual, equivalente a cerca de 1,2 milhão de pessoas. A taxa de informalidade, por outro lado, diminuiu de 39,8% para 39,1% no período. O rendimento médio dos ocupados cresceu 5,1%, em função da redução da inflação e do aumento do salário mínimo neste ano, que acaba servindo de parâmetro para outros salários na economia brasileira. Além disso, as negociações coletivas neste ano resultaram em ganhos reais para a maior parte dos trabalhadores, como se verá no tópico específico.

O ICT-DIEESE (Índice da Condição do Trabalho), que sintetiza esses e outros indicadores, também mostra certa recuperação, tendo aumentado de 0,44 para 0,57, entre os segundos trimestres de 2022 e 2023¹. Vale observar que esse índice não estabelece a condição ideal do trabalho, apenas indica que quanto mais próximo o valor estiver de 1, melhor a situação geral do mercado de trabalho e, quanto mais próximo de zero, pior será a situação geral.

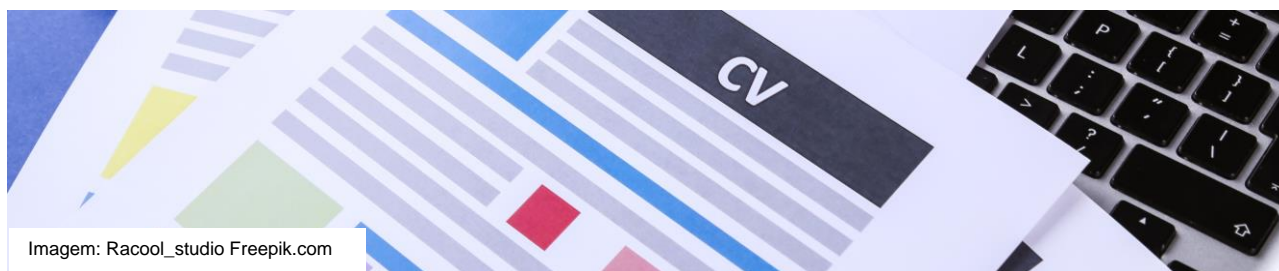
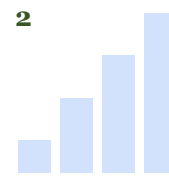


Imagem: Racool_studio Freepik.com

¹ O ICT-DIEESE é um indicador-síntese de vários indicadores do mercado de trabalho, em três dimensões, a saber: Inserção Ocupacional; Desocupação; e Rendimento



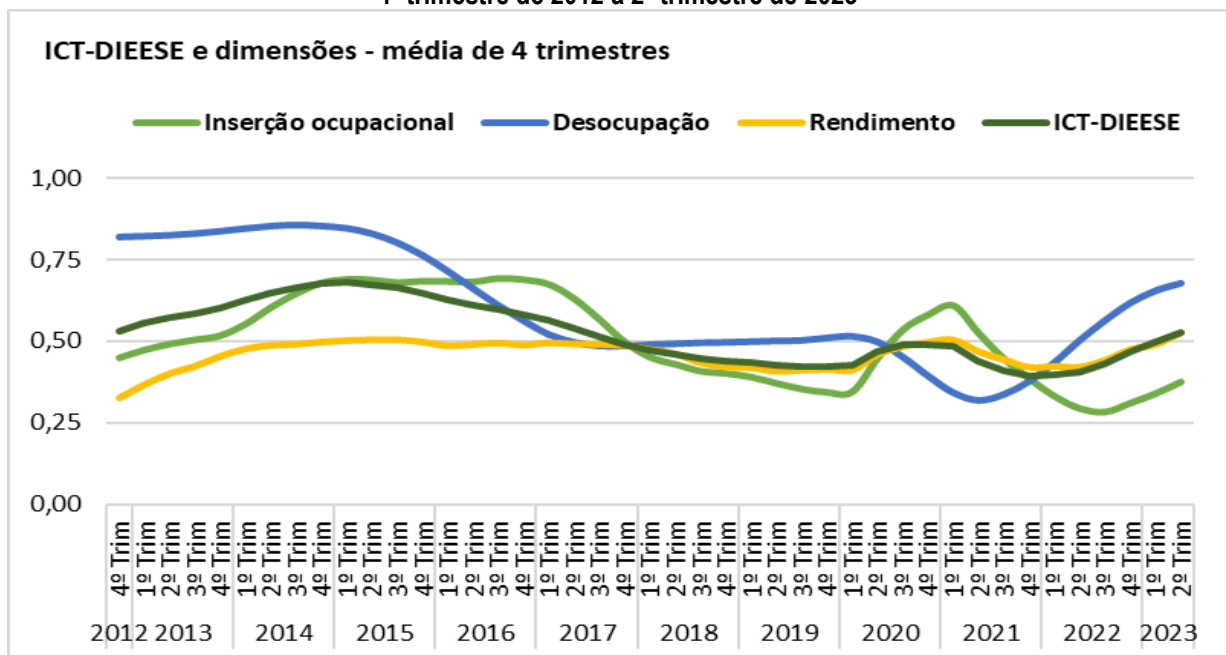
A recuperação do ICT-DIEESE pós-pandemia da Covid-19 se deu, fundamentalmente, pela redução da taxa de desocupação e, de forma menos acentuada, por uma discreta melhora na inserção ocupacional. Isso ocorreu devido ao aumento do emprego com carteira assinada e da melhoria da cobertura previdenciária. Além da melhora no rendimento médio dos ocupados, como visto anteriormente, houve melhora também na distribuição da renda do trabalho. Apesar disso, a baixa qualidade da inserção ocupacional tem sido um fator que dificulta a melhora mais efetiva do mercado de trabalho.

Como mostra o Gráfico 1, a seguir, o patamar atual do ICT-DIEESE está próximo do observado em 2017, mas ainda inferior ao de 2014/2015, quando chegou a 0,68, o indicador mais elevado da série histórica, iniciada em 2012.

O número de desempregados no país ainda é elevado e a **taxa composta de subutilização da força de trabalho**² foi de 17,8% no segundo trimestre. Ademais, o **rendimento médio real mensal habitual** foi de R\$ 2.921, que, embora 6,2% superior em relação ao mesmo trimestre de 2022 (R\$ 2.750), ainda se situa em patamar muito aquém das necessidades dos trabalhadores³.

A continuidade da redução do desemprego, do aumento do emprego com carteira assinada e da renda do trabalho são elementos primordiais para a recuperação plena do mercado de trabalho.

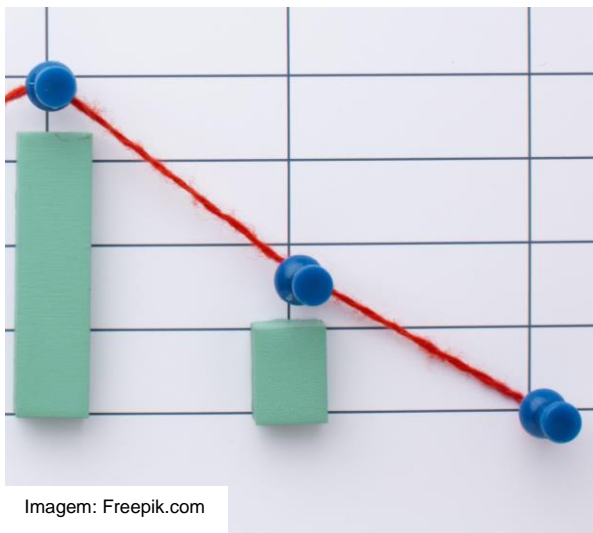
GRÁFICO 1
Evolução do Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE)
4º trimestre de 2012 a 2º trimestre de 2023



Fonte: DIEESE, Índice da Condição do Trabalho (ICT)

² Percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial, em relação à força de trabalho ampliada.

³ Basta comparar o valor do rendimento médio real habitual de R\$ 2921,00 com a estimativa do Salário Mínimo Necessário, realizada pelo DIEESE, que foi de R\$ 6.389,72 em agosto de 2023, último dado divulgado pela entidade.



Inflação em queda

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, que mede a inflação oficial do país, acumulou taxa de 3,23%, até agosto, variação menor do que os 5,78% no ano de 2022. As projeções para o ano cheio de 2023 estão hoje em torno de 4,9%.

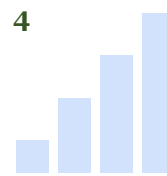
A projeção de quase 5% para este ano se deve ao fim do efeito estatístico derivado da deflação artificial verificada entre julho e agosto de 2022. Naqueles meses, houve uma queda nos preços dos

combustíveis, gás e outros preços monitorados, devido às medidas pontuais do governo anterior para tentar reverter os resultados das eleições de outubro de 2022. Por isso, a expectativa para o 2º semestre de 2023 é que a inflação em doze meses siga o ritmo atual, de variações baixas, mas em patamares maiores do que o do ano anterior.

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA), realizada mensalmente pelo DIEESE, apresentou queda dos preços em agosto de 2023, em relação ao mês de julho, em 16 das 17 capitais onde é realizada. No ano de 2023, as cidades do centro-sul apresentaram variações negativas, mas as do Norte e Nordeste tiveram aumentos acumulados, explicados pela composição diferente da cesta básica naquelas localidades. Houve aumento da farinha de mandioca, pesquisada somente no Norte e Nordeste e queda da batata, coletada apenas no centro-sul, que contribuiu com taxas negativas importantes no resultado dessas regiões. Porém, já se observa que, na maior parte das cidades, vários produtos apresentam tendência de redução de preços. Isso é importante, por garantir melhora no poder aquisitivo das famílias de baixa renda.

Alguns fatores vêm contribuindo para a diminuição do ritmo de aumento de preços: queda dos preços dos combustíveis, que diminuiu não só os valores medidos na bomba dos postos de gasolina, mas reduz custo de produção e distribuição de uma série de bens; valorização do real frente ao dólar, que diminuiu os custos de vários insumos de produção; aumento da oferta mundial de alimentos. Por outro lado, a instabilidade do clima e a continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia podem vir a ocasionar movimentos altistas.

No entanto, o Brasil voltou a se estruturar para o crescimento, implantando políticas consistentes de incentivo e crédito à produção no campo, principalmente na agricultura familiar; fortalecendo a Petrobras; e garantindo renda mínima interna, por meio da valorização do salário mínimo, do Bolsa Família e dos investimentos geradores de emprego e renda.

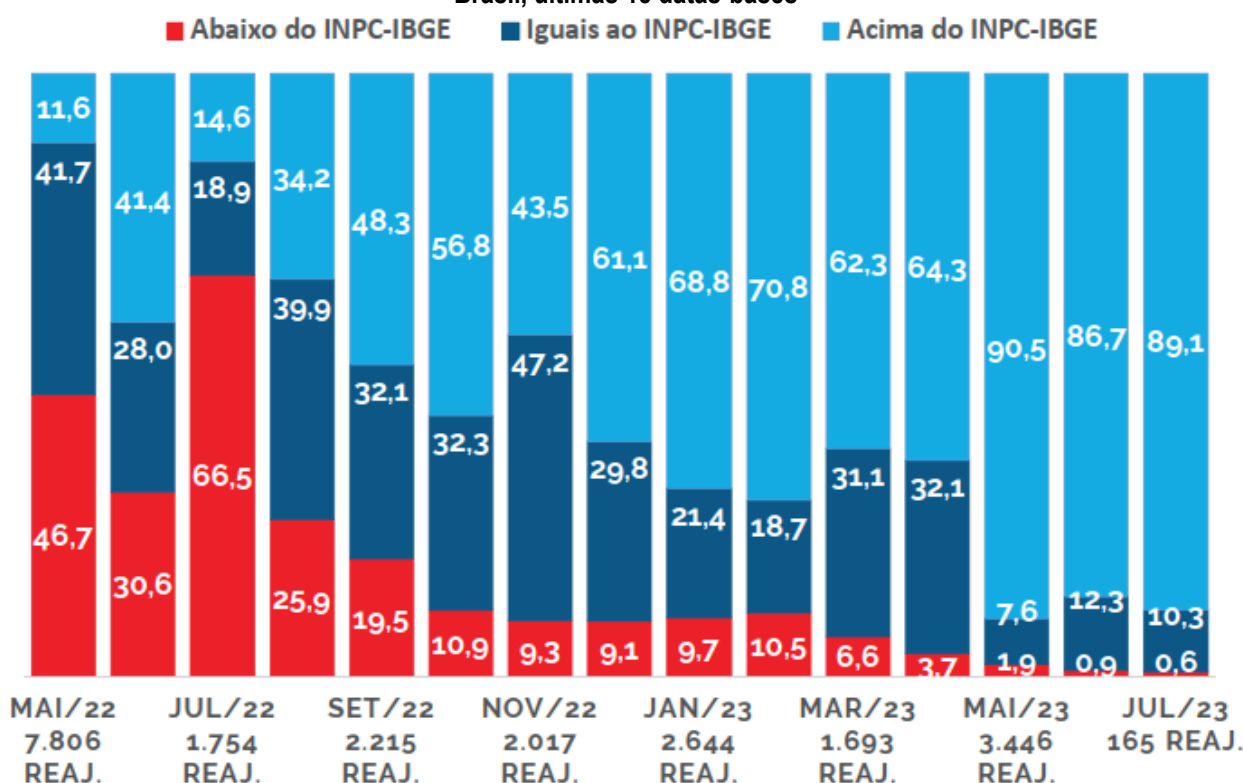


Negociações coletivas no primeiro semestre

As negociações coletivas de reajustes salariais analisadas pelo Dieese, com base nos dados inseridos até 10/08/2023 no Sistema Mediador, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), têm apresentado, em 2023, resultados mais favoráveis, em relação às do ano passado (Gráfico 2). Nos últimos três meses (junho, julho e agosto), praticamente 90% das negociações resultaram em ganhos reais (reajustes acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE -, usado como parâmetro nas análises).

A visível melhora dos resultados das negociações coletivas está relacionada tanto à redução do acumulado da inflação em cada data-base, quanto à melhoria das perspectivas de crescimento do PIB e dos indicadores do mercado de trabalho.

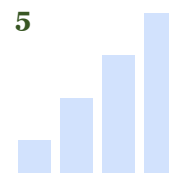
GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, por data-base (em %)
Brasil, últimas 15 datas-bases



Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador; IBGE, INPC

Elaboração: DIEESE.

Obs.: a) Valores em percentuais; b) situação em 10/08/2023



O Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o desafio da retomada do desenvolvimento

Em agosto, o governo federal realizou o lançamento oficial do Novo PAC, que prevê investimentos de R\$ 1,7 trilhão, utilizando recursos orçamentários federais, de empresas estatais, dos bancos públicos e do setor privado. O montante anunciado está previsto para todo o período do atual governo e parte dos investimentos, inclusive, está planejada para 2027. Para efeitos comparativos, o PAC 2, lançado em 2010, já previa investimento total de R\$ 1,6 trilhão, em valores da época. Ou seja, o Novo PAC é bem mais tímido que o PAC 2, em termos monetários.

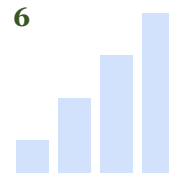
Os objetivos centrais do novo programa, explicitados nos discursos de lançamento, são: gerar emprego e renda, reduzir desigualdades sociais e regionais, promover a chamada neointustrialização, e realizar crescimento com inclusão social e sustentabilidade ambiental. A aposta é que as obras gerarão empregos durante sua execução, movimentando a indústria, em geral, o comércio e os serviços. Com o Novo PAC, o governo pretende, também, retomar a construção de milhares de obras inacabadas. No total, serão mais de 12,5 mil obras e projetos, espalhados por mais de 4.000 municípios. Um exemplo de ação que pode gerar muitos empregos é a retomada do programa “Minha Casa, Minha Vida”, que pretende entregar dois milhões de novas unidades habitacionais e concluir a construção de 180 mil moradias que haviam sido contratadas ainda em 2016.



Imagem: Lifestylememory on Freepik.com

Conforme observado no período em que o “Minha Casa, Minha Vida” estava em funcionamento, a construção de habitações populares costuma aquecer a economia. A construção civil gera empregos e movimenta diferentes cadeias produtivas, fomentando a indústria nacional. Além disso, o número previsto de construções, de 2,1 milhões de moradias, é expressivo, representando mais de um terço do déficit habitacional estimado no Brasil, de cerca de 6 milhões de moradias. Obviamente, é um plano cuja realização irá depender de muitas variáveis, mas, se realizado, terá efeito multiplicador relevante sobre a economia.

A complexidade do PAC 3 pode ser ilustrada pelas grandes áreas no qual está estruturado e na quantia de recursos previstos:



QUADRO 1
Estrutura e valor dos investimentos do PAC 3

Grande Área	Investimento (em R\$ bilhões)
Inclusão digital e conectividade	28
Saúde	31
Educação	45
Infraestrutura social e inclusiva	2
Cidades sustentáveis e resilientes	610
Água para todos	30
Transporte eficiente e sustentável	349
Transição e segurança energética	540
Defesa	53

Fonte: Governo Federal. Programa de Aceleração do Crescimento, 2023.

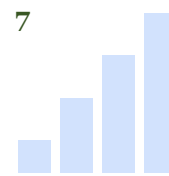
Cumprir destacar que estão previstos investimentos produtivos, pela Petrobras, de R\$ 300 bilhões. Se consumados, tais investimentos terão fortes efeitos multiplicadores na economia e reverterão, em parte, a política dos governos Temer e Bolsonaro para a empresa, de redução de investimentos produtivos, inclusive com privatizações, e ampliação da distribuição de dividendos aos acionistas, com base nos lucros oriundos da então adotada política de Preços de Paridade Internacionais (PPI), que atrelava os preços internos dos combustíveis às variações das cotações internacionais.

O Novo PAC (como ocorreu nos dois anteriores), recoloca o Estado como indutor da estratégia de crescimento, inflexão importante, considerando o desmonte deste protagonismo do Estado observado nos governos Temer e Bolsonaro. A previsão de investimentos públicos do Novo PAC – que chegaram ao menor nível da história em 2022- pode atrair investimentos privados, especialmente se houver redução da taxa básica de juros. Juros menores abririam perspectiva de transferência de recursos que hoje estão na especulação, para investimentos na economia real. O aumento da taxa de investimentos no setor privado passa pela indução do Estado: juros baixos, câmbio adequado, segurança jurídica etc.

O Novo PAC está em linha com a estratégia adotada pelo governo Lula, de implementar medidas que possam retomar o crescimento. O governo Lula sabe que a relação de forças é desfavorável, dada a configuração do Congresso Nacional. A retomada do crescimento, para a qual o Novo PAC pode contribuir, é fundamental, do ponto de vista econômico e político.

O inadiável debate sobre os gastos com juros da dívida pública

O Novo PAC é permeado pela preocupação com as metas de superávit primário do governo, isto é, com a chamada responsabilidade fiscal, sobretudo se considerado o Novo Regime Fiscal, ainda em tramitação no Congresso, aguardando a avaliação dos vetos do presidente. Nesse aspecto, vale comparar os montantes que o governo intenciona investir em infraestrutura de todos os tipos com outros gastos governamentais. Enquanto se prevê um total de investimentos ao ano de R\$ 350 bilhões para o Novo PAC, somente nos últimos 12 meses foram gastos cerca de R\$ 700 bilhões com juros da dívida pública. Esse valor equivale a 40% do R\$ 1,7 trilhão previsto para o



horizonte de cinco anos do Novo PAC, que incluem os investimentos privados.

Os valores acumulados e atualizados das despesas com juros no quadriênio 2019/22 somaram R\$ 1,925 tri, ou seja, superior aos valores previstos pelo Novo PAC. Este dado revela o poder do sistema financeiro no Brasil. O país irá fazer um esforço hercúleo para retomar o crescimento, após anos sem investimentos significativos na economia, mas os ganhos dos rentistas permanecem intocados, como se fosse destino do país arcar com esses custos, sem qualquer questionamento.

No ano passado, a despesa total do Governo Central passou de 30,7% para 32,7% do PIB, aumento de dois pontos percentuais. Esse aumento foi decorrente principalmente das maiores despesas com juros da dívida pública e do aumento nas transferências entre as diferentes esferas de governo. Em valores correntes (não deflacionados), a despesa total passou de R\$ 2,7 trilhões, em 2021, para R\$ 3,2 trilhões, em 2022 (variação nominal de 18,9%). Em 2022, a função que apresentou maior aumento em relação ao PIB foi a despesa do governo central com **Serviços Públicos Gerais**, que passou de 11,76% do PIB, em 2021, para 13,74%, em 2022.

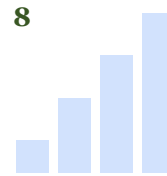


Imagem: storyset on Freepik.com

Nessa rubrica genérica, de gastos com **Serviços Públicos Gerais**, incluem-se as transações da dívida pública (despesa com juros, que atingiram R\$ 780 bilhões, ou 7,91% do PIB de 2022) e transferências entre as diferentes esferas de governo⁴ (4,77% do PIB).

A despesa com **Proteção Social** foi a segunda função em participação, tanto na despesa total (38,4%), quanto em relação ao PIB, passando de 12,24% para 12,58% no ano passado. Destacam-se, nesta função, as despesas com pessoas da terceira idade (principalmente aposentadorias) e sobreviventes (pagamento de pensões).

As despesas nas funções **Saúde e Educação** totalizaram, conjuntamente, 4,2% do PIB, no ano passado. Na função **Educação**, o governo central brasileiro gastou 2,3% do PIB (6,9% da despesa total), principalmente na educação infantil e ensino fundamental e na educação superior, que representaram, conjuntamente, 70,6% da despesa em educação. Os gastos com **Saúde** reduziram-se como proporção do PIB, no ano passado, em 0,45 ponto percentual, passando de 2,37%, em 2021, para 1,92%, em 2022. Essa variação se explica principalmente pelas ações de enfrentamento à pandemia do coronavírus, em 2021. Na rubrica da Saúde estão as transferências ao Sistema Único de Saúde (SUS), aos fundos estaduais e municipais de saúde para financiamento dos programas de Atenção Básica à Saúde e aos procedimentos de Média e Alta



Complexidade, como tratamentos, internações e exames.

Os investimentos federais se limitaram a R\$ 20,1 bilhões, sendo 32,2% dessa execução na função **Defesa**, na qual estão registrados investimentos em equipamentos destinados à defesa militar.

Desemprego e o inadiável debate sobre redução da jornada de trabalho

Apesar da melhoria recente, o mercado de trabalho ainda tem muitos desafios. O mundo atravessa revolução científico-tecnológica, na qual ao desemprego ligado a fenômenos conjunturais soma-se o desemprego estrutural, decorrente da introdução de novas tecnologias. É, com certeza, o momento adequado para aprofundar o debate sobre a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, o que já vem ocorrendo experimentalmente em vários países. Por outro lado, o desenvolvimento de novas tecnologias, a exemplo da Inteligência Artificial (IA), oferece condições técnicas para saltos de produtividade. É possível, com a tecnologia existente atualmente e com melhorias na gestão, fazer em quatro dias o trabalho que atualmente se realiza em cinco, sem aumento da intensidade do trabalho, inclusive porque o Brasil é um país de baixos rendimentos.

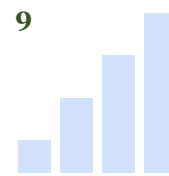
A melhoria de vida da classe trabalhadora, com eventual redução da jornada, tende a se irradiar para a sociedade como um todo, já que o trabalho está no centro da vida social. A redução da jornada sem redução de salários não seria uma conquista trivial, mas algo histórico e consistente com o atual estágio tecnológico e as necessidades humana e sociais.



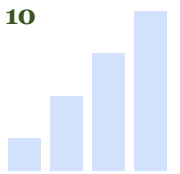
Imagem: mrsiraphol on Freepik.com

A redução da jornada de trabalho sem redução salarial é um dos instrumentos para preservar e criar empregos de qualidade e possibilitar a construção de melhores condições de vida. Ademais, essa redução pode significar bem mais que isso, e impulsionar a economia e dinamizar seu ciclo virtuoso, levando à um processo de melhoria contínua do mercado de trabalho. Isso permitiria a geração de novos postos de trabalho, diminuição do desemprego, redução da informalidade e da precarização, aumento da massa salarial e da produtividade do trabalho. Tudo isso teria como consequência o crescimento do consumo, que, por sua vez, levaria ao aumento da produção, completando o chamado círculo virtuoso.

⁴ Transferências são os valores de tributos que compõem a base de repartição com entes subnacionais (estados e municípios).



A redução da jornada de trabalho sem redução salarial é um dos instrumentos que possibilita aos trabalhadores participarem da distribuição dos ganhos de produtividade produzidos pela sociedade. As inovações tecnológicas e organizacionais são consequências do acúmulo científico e do esforço contínuo de gerações. São, portanto, mérito de toda a sociedade. Assim, sua apropriação e utilização também devem beneficiar todos.



Escritório Nacional

Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente: Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Saúde do Estado de São Paulo – SP

Vice-Presidente: José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Carlos Andreu Ortiz

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretor Executivo: Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Pagani Diretor Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

César Andaku

José Álvaro Cardoso

Patrícia Costa

Rafael Montanari Durlo

Thomaz Ferreira Jensen

Adriana Marcolino (revisão técnica)

Carlindo Rodrigues de Oliveira (revisão técnica)

Patrícia Pelatieri (revisão técnica)

